

Educação para o trabalho

» MOZART NEVES RAMOS

Professor da UFPE, é membro do Conselho Nacional de Educação e do Conselho de Fundadores do Todos Pela Educação

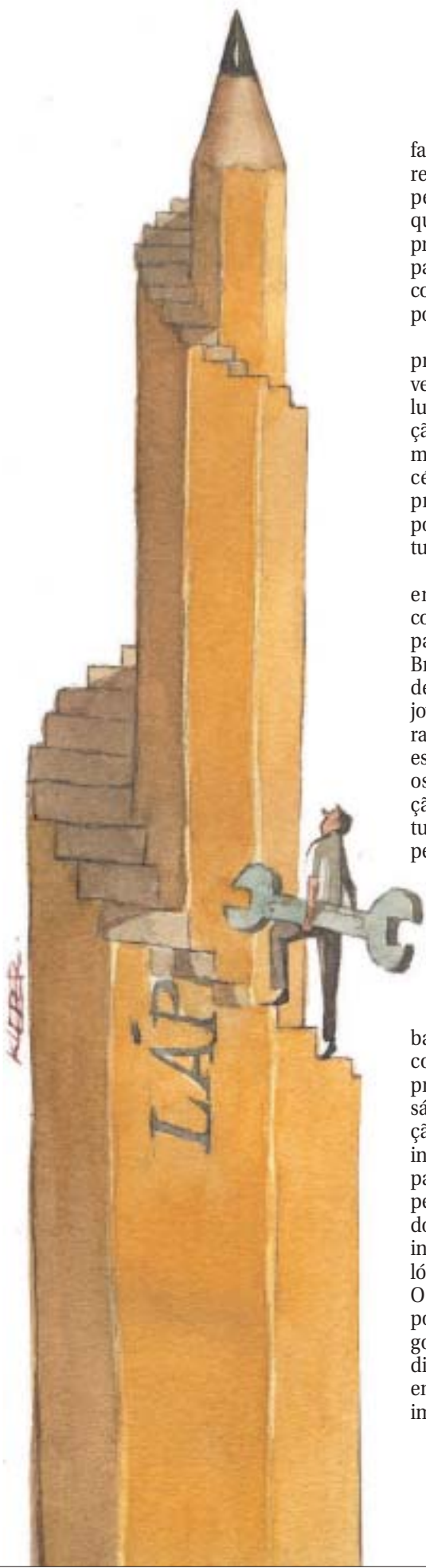
Na última semana, a McKinsey&Company divulgou novo estudo, intitulado *Educação para o trabalho: desenhando um sistema que funcione*, em evento promovido em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o movimento Todos Pela Educação. Os resultados impressionam e revelam o drama do desemprego juvenil e da falta de competências necessárias para que a juventude possa ocupar posições no mundo do trabalho.

De acordo com o estudo, na Grécia, Espanha e África do Sul, mais da metade dos jovens estão desempregados. A desocupação média entre os jovens, na Europa, no Oriente Médio e no norte da África, beira a casa dos 25%. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que, em todo o mundo, 75 milhões de jovens estejam desempregados. O número praticamente triplica quando se incluem os subempregados.

Segundo o relatório, o contingente não representa apenas gigantesco pool de talentos não aproveitados — é também fonte de inquietação social e desespero individual. Paradoxalmente, há profunda escassez de jovens com habilidades necessárias para ocupar as novas demandas do atual mundo do trabalho. A McKinsey&Company estima que em 2020 haverá deficit mundial de 85 milhões de trabalhadores de alta e média qualificação.

A solução para a crise passa não só pela criação de empregos, mas também pelo desenvolvimento de competências para o mundo do trabalho. As empresas precisam trabalhar em conjunto com as instituições de ensino, de forma que os alunos possam adquirir as competências demandadas. Mas ainda existe pouca clareza sobre que práticas e intervenções funcionam para que a formação dos jovens inclua esses atributos. Daí a pergunta-chave: como um país pode ser bem-sucedido ao conduzir com êxito os jovens da educação para o trabalho? E foi a isso que o relatório da McKinsey procurou responder estudando o tema em nove países: Brasil, Alemanha, Índia, México, Marrocos, Arábia Saudita, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos.

Notadamente, como ponto de partida, era preciso reconhecer a dupla face da crise: a escassez de postos de trabalho e a falta de competências na formação juvenil. Outro



fato que chamou a atenção dos pesquisadores foi a ausência de dados concretos que permitissem, por exemplo, compreender quais as competências exigidas para o emprego, ou quais as práticas mais promissoras para melhor qualificar os jovens. Apesar da complexidade do tema, a pesquisa chegou a pontos comuns entre os países pesquisados.

Pelos resultados, ficou evidente que empresários, professores e alunos vivem universos paralelos e têm entendimentos absolutamente diferentes de uma mesma situação. Por exemplo: 72% das instituições formadoras acreditam que os formandos recém-contratados estão adequadamente preparados para exercer as atividades. Do ponto de vista dos empregadores, o percentual cai para 42%.

A mesma pesquisa mostra que 39% dos empregadores dizem que a escassez de competências é a principal razão de as vagas para iniciantes não serem preenchidas. No Brasil, o percentual sobre para 48%. Ainda de acordo com a pesquisa, um quarto dos jovens não passa por uma transição fácil para o trabalho. Seus primeiros empregos não estão relacionados à área de estudos, o que os faz querer mudar rapidamente de posição. Nos mercados emergentes, o percentual cresce para quase 40%. Entre os jovens pesquisados, 43% responderam que o fator financeiro é o grande entrave para cursar uma faculdade — fato que demonstra o acerto de nosso país em adotar programas como o ProUni e Fies, que financiam vagas para estudantes em universidades particulares.

Criar um sistema de educação para o trabalho requer novos incentivos e estruturas, conclui o relatório da McKinsey. Os países precisam de sistemas integradores responsáveis por uma visão abrangente da educação com vistas ao trabalho, envolvendo as instituições formadoras e os empregadores para desenvolver soluções relativas às competências, levantando dados e disseminando exemplos positivos. A criação de câmaras interinstitucionais setoriais por áreas tecnológicas, por exemplo, poderia ser uma saída. O certo é que o relatório deixa recado importante para as instituições formadoras, os governos e as empresas: sem integração e diálogo, não será possível vencer a crise da empregabilidade juvenil, que terá enorme impacto no futuro sustentável das nações.

Confiança traída

» MÁRCIO SANTILLI

Coordenador de Política e Direito Socioambiental do Instituto Socioambiental (ISA). Formado em Filosofia, foi deputado federal pelo PMDB-SP (1983-1986) e presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), entre 1995 e 1996

Há no Brasil parques e reservas de vários tipos, que se destinam a usos mais diretos e específicos, como o extrativismo florestal, ou a usos mais restritos, de preservação, realização de pesquisas, passando pela promoção da educação ambiental e a visitação, todas contribuindo para a proteção da floresta, da biodiversidade, dos solos, das nascentes de água e das condições do clima. Essas áreas podem ser criadas e geridas pela União, estados ou municípios.

Os parques nacionais são os mais conhecidos entre as unidades de conservação de uso restrito, também chamadas de proteção integral, categoria que inclui as estações ecológicas e as reservas biológicas. São figuras jurídicas incompatíveis com populações residentes, mas o poder público, em muitos casos, aplicou-as, formalizando novas áreas, em terras ocupadas por índios, quilombolas, extrativistas e ribeirinhos, gerando conflitos quanto ao uso dos recursos naturais.

Por exemplo, a roça de coivara é parte da cultura tradicional de subsistência dessas comunidades, mas o corte e a queima não são admitidos nessas unidades de conservação. Agentes públicos chegam a dificultar e punir a abertura dessas roças, embora ela ocorra há séculos sem prejuízo às condições naturais dessas áreas, porque restritas a pequenas extensões, e com o desenvolvimento de novas espécies de valor cultural.

Existem 45 parques e outras unidades federais de proteção integral com comunidades tradicionais vivendo em seu interior.

Sobreposições com terras indígenas e quilombos devem ser suprimidas com correções de limites, ou haverá convivência de funções, mantida a dupla afetação. Nos casos que envolvem outras populações tradicionais, pode-se resolver a situação por meio da reclassificação ou desafetação de parte da área, mas também há situações em que é inevitável retirar os ocupantes e reassentá-los em outro local.

Nos últimos anos, negociações entre gestores públicos e comunidades permitiram a construção de sete planos de solução definitiva dos conflitos por alterações de limites ou a reclassificação de parte dessas áreas em figuras jurídicas compatíveis. Essas alternativas estão à disposição do Ministério do Meio Ambiente (MMA) há vários meses, mas não houve providência.

Nos casos de sobreposição com quilombos, uma câmara de conciliação constituída na Advocacia-Geral da União (AGU) tem recomendado a formalização de termos de compromisso entre as partes. O MMA determinou, porém, a suspensão do acordo para resolver a sobreposição entre o Parque Nacional de Aparados da Serra (RS/SC) e o Quilombo São Roque, que já havia sido assinado pelo presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão responsável pela gestão das unidades de conservação federais. O MMA também suspendeu negociações com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para solucionar conflitos similares com os quilombos de

Mata Escura (MG), Trombetas (PA), Jaú (AM) e Cabo Orange (AP).

Mesmo em casos de reassentamento, a norma do ICMBio é estabelecer termos de compromisso com os ocupantes até que eles sejam reassentados, para que possam realizar atividades essenciais à sua subsistência de forma adequada. Quatro acordos do tipo, assinados e publicados no *Diário Oficial*, e vários outros procedimentos administrativos que estavam em curso também foram suspensos por determinação superior.

Pendências históricas entre comunidades tradicionais e autoridades ambientais já deram espaço para muitos conflitos no passado. Foi preciso muito esforço político e desprendimento de lideranças comunitárias e gestores para que as propostas de superação de conflitos fossem construídas e pactuadas nos últimos anos. Ao abandoná-las de forma unilateral e injustificada, o governo traiu a confiança dos que se dispuseram ao diálogo e à construção de soluções justas.

É previsível que a suspensão de pactos legítimos provoque maior acirramento de conflitos que haviam sido virtualmente superados, num momento político tumultuado por crises e incidentes graves envolvendo populações tradicionais. Fica difícil entender como um governo tido e havido como popular e democrático assume a responsabilidade histórica de romper acordos e infernizar a vida de comunidades historicamente excluídas que vivem nos parques.



ARI CUNHA

DESDE 1960

VISTO, LIDO E OUVIDO

aricunha@dabr.com.br
com Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

Lixão com os lixos contados

Logística reversa é assunto que deve ser colocado em prática imediatamente em todo o território nacional. Municípios fazem corpo mole, tentando negociar contrapartida do governo. Nesse caso, ainda não perceberam que podem andar com as próprias pernas. Que o lixo reciclado traz benefícios à comunidade e gera riquezas para o local. A ministra Izabela Teixeira deu a dica para a mudança de hábito em todos os lares. Ter duas latas de lixo. Uma para o orgânico e outra para o reciclável. Só isso já seria grande passo para facilitar a vida dos catadores. Mais lixo reciclado em menos tempo. A lei do manejo passou 20 anos tentando ser vista, mas, depois de sancionada, ainda falta uma linha prática de gestão para as cidades aprenderem a manejar o lixo de forma inteligente, socialmente enriquecedora e economicamente viável. Transformar os lixões em pontos de reciclagem é um avanço. Na rotina das pessoas que sobrevivem do lixo, a grande esperança é o momento em que o caminhão reconhecido leva restos de grandes supermercados. A gritaria é geral. Urubus, crianças, homens e mulheres disputam o que podem entre a poeira levantada. Dali mesmo é consumida a polpa de um maracujá e um resto de marcarão que coube entre os dedos da criança. A cena é devastadora. Pior ainda é saber que só acontece porque os governadores e prefeitos podem decidir, mas não decidem. (Circe Cunha)

» A frase que foi pronunciada

“A descoberta do combate às calamidades com corrupção é uma das cenas mais tristes da história da humanidade.”

Senhora de Nova Friburgo olhando onde era a própria casa, sem ter recebido ajuda até hoje.

Domésticas

» Preocupação maior do senador Romero Jucá é que as novidades na vida das domésticas, previstas na Emenda Constitucional nº 72, possam ser aplicadas. Na prática, os detalhes são muitos e precisam ser discutidos minuciosamente, para que tudo funcione sem que as partes sejam prejudicadas. A ministra Gleisi Hoffmann acompanha o processo, para que tudo dê certo.

Pelo povo

» Durante o Seminário sobre o Direito à Saúde, no qual foram discutidos desafios para a universalidade, o procurador regional da República Daniel Sarmento falou sobre riscos financeiros para as administrações públicas obrigadas a fornecer tratamentos e medicamentos gratuitos por conta de decisões judiciais. Deu a entender que a saúde do caixa das administrações precisa estar pronta para atender à população.

Novidade

» Swedenberger Barbosa, secretário-chefe da Casa Civil, é o coordenador do Programa de Aceleração do Crescimento no DF. Enquanto o reforço da Caixa não chega, o GDF aplica verba própria para dar andamento às obras do Expresso-DF (Eixo Sul), sistema de transporte coletivo de passageiros que ligará Gama e Santa Maria ao Plano Piloto.

Muito bom

» Nessa obra, o corredor exclusivo de ônibus vai reduzir o tempo de viagem em 50 minutos e haverá terminais em Santa Maria e no Gama, 15 estações, 15 passarelas, além de anexos de terminais nas rodovárias do Plano Piloto e do Gama.

» História de Brasília

Belo trabalho da equipe do DFL. Estava anunciada a falta de luz, domingo, mas a distribuição de luz dos geradores foi tão benfeita que ninguém chegou a ser prejudicado. (Publicado em 20/6/1961)

Comunicação

» Nas redes sociais onde os índios terena dão a própria versão dos fatos há a alternativa de ler o que dizem os fazendeiros, em resposta. É uma discussão limpa dos dois lados, pronta para o leitor tomar partido.

Cercado

» Quem chega ao Lago Norte vê que a área reservada a um parque ecológico começa a perder a cerca. O fato deixa a comunidade em alerta, já cansada de tantas invasões pelo caminho.

Mais uma vez

» Não deveria simplesmente ficar por isso mesmo. Itapoã é uma cidade pobre, que precisa de melhorias para a população. Não ficou esclarecida a gastança. Recibos e declarações precisam ser minuciosamente verificados.

Nova vida

» Muita gente se transformou a partir do trabalho voluntário crescido na Casa da Sopa da Quadra 10 do Cruzeiro Velho. Dom Ávila recebeu a casa como doação. Deixou o local para que pessoas se reunissem e fizessem um sopão bem nutritivo e temperado para distribuir de noite em pontos da cidade. Uma acompanhante de um paciente no Hospital de Base, de tanta preocupação, esqueceu-se de se alimentar. Quando estava do lado de fora do pronto-socorro chegou a Kombi da Casa da Sopa. Ela devorou três porções distribuídas na embalagem de leite longa vida. Olhou para as estrelas e prometeu que enquanto tivesse saúde ajudaria esse programa. E assim faz.

